

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 0031-16 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.**

*Autoriza o Executivo a realizar Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários com o seu RPPS.*

**Art. 1º** Fica autorizado o Executivo Municipal a realizar Termo de Confissão de Débitos Previdenciários e celebrar Acordo de Parcelamento desses débitos com o Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itaqui – FAPS relativo ao débito das contribuições previdenciárias, parte patronal, devidas e não repassadas pelo Município, todas referentes ao Regime Previdenciário (Capitalização), das competências compreendidas entre Março até Setembro de 2016, em até sessenta (60) prestações mensais, iguais e consecutivas, observado o disposto no artigo 5º, da Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) nº 402/2008, na redação dada pelas Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013.

**Parágrafo Único.** O parcelamento autorizado pelo *caput* deste artigo não alcança débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

**Art. 2º** Para apuração do montante devido especificado no artigo 1º, desta Lei os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de juros 12% por cento ao ano, calculados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento, conforme preceitua dispositivo da Lei Municipal nº 3.107/2006.

**§ 1º** As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de juros 12% ao ano, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo até o mês do pagamento.

**§ 2º** As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de juros 12% ao ano e

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

multa de dois por cento (2,00%), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

**Art. 3º** Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

**Parágrafo Único.** A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 21 DE OUTUBRO DE 2016.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 0031-16, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.**

**J U S T I F I C A T I V A**

Estamos encaminhando, para apreciação e decisão dessa Câmara de Vereadores, o anexo Projeto de Lei nº 0031-16, de 24.10.16, o qual pretende colher a autorização legislativa para realizar Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários com o seu RPPS.

A Prefeitura passa por dificuldades orçamentárias e financeiras, situação que se verifica em nível de País e Estado. Essa situação dificulta a manutenção dos compromissos em dia, o que se reflete nos pagamentos a fornecedores e nos repasses ao RPPS dos valores devidos referentes à contribuição patronal.

O atraso verificado é referente as competências de março a setembro do corrente ano, período em que as dificuldades financeiras aumentaram em função da queda verificada nos repasses do governo estadual e federal, quando foram priorizados os pagamentos da folha dos ativos, inativos e pensionistas (aporte de recursos para completar a folha) e a manutenção dos serviços básicos à população. O valor total do débito é de R\$ 1.410.871,09 (um milhão, quatrocentos e dez mil, oitocentos e setenta e um reais e nove centavos).

Ressalta-se que os repasses referentes ao regime Financeiro (Partição Simples) estão em dia em função da necessidade de desembolso imediato para o pagamento da folha de Inativos e Pensionistas. O atraso das contribuições patronais se limitam às devidas ao regime Previdenciário (Capitalização), o qual ainda não tem um desembolso substancial que venha, a curto prazo, acarretar a sua descapitalização. Ainda, as contribuições devidas pelos servidores estão com seus repasses em dia.

Para possibilitar o pagamento desse valor é de extrema necessidade a aprovação do parcelamento proposto. Esse parcelamento não trará prejuízos ao FAPS, pois não há necessidade de desembolsos significativos pelo Regime

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

Previdenciário por um largo período e os juros e correções a serem recebidos fixados em lei para os débitos previdenciários adequam-se à meta atuarial fixada.

O objetivo deste parcelamento é viabilizar, não só os repasses ao RPPS, mas o pagamento da folha de servidores ativos, inativos e pensionistas neste momento de dificuldades por que passa a Prefeitura, até que os repasses devidos ao município voltem aos seus patamares normais.

São estas as razões que justificam o encaminhamento do Projeto de Lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 21 DE OUTUBRO DE 2016.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito